

SAÚDE

Entraves burocráticos atrasam aquisições de equipamentos

>> Redação DS

Foram mais de noventa dias entre pareceres jurídicos, confecção de edital, impugnações e finalização do processo com a compra dos equipamentos

A burocracia exigida pela legislação são os principais entraves para o desenvolvimento de atividades no serviço público. No setor público ou no privado, o que se busca é o menor preço com garantia de qualidade. Mas enquanto no privado o empresário pode determinar a marca e modelo do que quer comprar, no serviço público isso é vedado, podendo anunciar apenas as características básicas do produto e mesmo assim, em cada licitação de porte, inúmeras são as impugna-

ções que são feitas pelas empresas participantes com o objetivo fazer com que seu produto seja contemplado.

Exemplo desses entraves está na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra que iniciou ainda em dezembro de 2013 o processo para licitar pouco mais de R\$ 600 mil em equipamentos para atender a Saúde do Município, processo este que se encerrou somente na semana passada, depois que todas as empresas participantes assinaram a ata do pregão presencial.

De acordo com o setor de licitação da Prefeitura, foram mais de 90 dias entre pareceres jurídicos, confecção de edital, impugnações e finalização do processo com a compra dos equipamentos que começaram a ser pedidos desde a semana passada. O tramite seria normal dentro de um processo



A licitação foi encerrada há poucos dias

de tranquilidade, mas quando envolve questões cruciais como o da Saúde pública tangaraense, os problemas são ampliados e causam inúmeros transtornos

ao gestor e ao usuário do sistema pela falta dos equipamentos e a demora na aquisição.

Um dos equipamentos muito reclamados pela classe médica que

atende no setor público, o aparelho de eletrocardiograma, deverá chegar nos próximos dias, conforme anúncio feito pelo próprio prefeito de Tangará da Serra,

Fábio Martins Junqueira, na tarde da última quinta-feira. Na mesma oportunidade ele anunciou a aquisição de um novo aparelho de raio x e mamógrafo.

Após reunião, médica publica críticas no facebook

>> Redação DS

A médica Sheila Fantim Buratti, que participou da reunião com o prefeito Fábio Junqueira na noite da última quarta-feira, em seu perfil no facebook publicou que durante a reunião “ao perguntar o que fazemos hoje sem eletrocardiograma a resposta foi: O mesmo que vocês fizeram ontem; ou seja rezar para não chegar nenhum cardíaco grave”, segundo palavras da médica.

Nossa reportagem ouviu representantes do Executivo que estavam presentes na reunião e a resposta é que as afirmações da médica não correspondem com a verdade, pois no mesmo instante o prefeito telefonou para a diretora de um hospital particular da cidade que prontamente emprestou um aparelho de eletrocardiograma para sanar temporariamente o problema na UMS.

Em seu depoimento na rede social a médica classifica os fatos como atrocidades e lamenta que um colega de trabalho pediu rescisão de seu contrato. O código de ética médico publicado no Diário Oficial da União em 24 de setembro de 2009, prevê em seu capí-

tulo II, o direito do médico em “Suspender suas atividades, individualmente ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para a qual trabalhe não oferecer condições adequadas para o exercício profissional ou não o remunerar digna e justamente, ressalvadas as situações de urgência e emergência, devendo comunicar imediatamente sua decisão ao Conselho Regional de Medicina”.

O ato que culminou nas reclamações tanto dos médicos e principalmente da população aconteceu na última quarta-feira. A falta de assistência médica especializada fez, inclusive, com que um grupo de mães realizassem um protesto na frente da casa do prefeito Fábio Martins Junqueira. Elas cobravam solução para a falta de atendimento, pois segundo elas, os médicos haviam dispensado os pacientes (crianças) sem o devido atendimento.

Essa reclamação foi ainda motivo de uma coletiva promovida na sexta-feira pelo Ministério Público Estadual, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra, a pedido dos promotores de Justiça Fabiana da Costa Silva Vieira, Renee do Ó Sou-

za e Milton Pereira Merquiades, oportunidade em que afirmaram tudo será averiguado. “Como promotor da infância vou apurar todas essas situações, vou tentar elucidar a responsabilidade de cada ator público neste evento, seja ele secretário municipal, prefeito municipal ou médico, porque não podemos usar a saúde, a integridade física, a dignidade dessas crianças como meio de coerção contra o chefe do Poder Executivo para cobrar eventuais salários ou melhorias”, declarou o promotor Milton Pereira Merquiades. “As pessoas quando assumem um cargo público, principalmente na condição de médicos, tem acima de tudo a responsabilidade de cuidar das pessoas, jamais abandonar e deixar sem atendimento devido. Isso além de caracterizar falta de ética médica, caracteriza crime”.

Vale lembrar ainda que o código de ética médico também define que é vedado ao médico, “Deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria. Afastar-se de suas atividades profissionais,

mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus

pacientes internados ou em estado grave. Deixar de comparecer a plantão em horário preestabe-

lecido ou abandoná-lo sem a presença de substituto, salvo por justo impedimento.

CURSO:

Alinhamento Estratégico e o Balanced Scorecard - BSC

05

abril

2014

Local:

Colibri Palace Hotel

Instrutor:

Prof. José Roberto de Souza Freire

Administrador e mestre em administração PUC/SP

Doutorando em administração USCS.

8h às 12h

13h30 às 17h

Informações:

(65) 8411-5893

Conteúdo Programático:

Planejamento Estratégico

Definição de estratégia e BSC - Dimensões do BSC

Mapa Estratégico - Definição de Indicadores

Simulação Prática - Construção do Mapa Estratégico - BSC

Visualização Painel de Desempenho - monitoramento.